



183ª PLENA ATA

1 Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e vinte três, às oito horas e trinta e cinco minutos, foi
2 instalada, no formato híbrido, no auditório da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário FENAJUFE, sito
3 ao SCS, Quadra dois, Bloco "C", Edifício Serra Dourada, 3º andar e virtual, pela Plataforma Zoom, a 183ª Plena
4 do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – **SINASEFE**. A
5 mesa foi composta por David Lobão e Elenira Vilela, coordenadores – gerais da entidade e coordenada
6 inicialmente por David Lobão. Constatado o quórum necessário, como de praxe, David Lobão fez a leitura da
7 proposta de pauta. Em seguida foram apresentadas propostas de inversão da pauta e algumas de inclusão.
8 Após várias ponderações da mesa, as propostas de inclusão foram superadas com a adequação em pontos já
9 existentes, entretanto, não houve acordo quanto à inversão. Assim sendo, a mesa encaminhou as defesas e
10 em seguida a votação, via chat, pela manutenção ou inversão da pauta. Nesse momento a mesa passou a ser
11 conduzida por Elenira Vilela. Após a votação, por contraste, a mesa entendeu que havia sido aprovada a
12 inversão da pauta; não houve consenso e foi solicitada a recontagem. Assim foi feito, e após a contagem
13 nominal, foram contabilizados doze votos na proposta um, onze votos na proposta dois e uma abstenção, ou
14 seja, manutenção da pauta. Mais uma vez não houve consenso e David Lobão apresentou recurso de votação
15 e propôs que fosse feita nova votação e contagem. O recurso foi remetido ao plenário e a mesa abriu as
16 defesas e em seguida a votação. **Proposta um** – a 183ª acata o recurso de votação apresentado por David
17 Lobão; **Proposta dois** - a 183ª Plena rejeita o recurso de votação apresentado por David Lobão. Sendo
18 aprovada por vinte e um (21) votos a treze (13), sem abstenções, a proposta um. Assim sendo, a mesa
19 imediatamente consultou o plenário se haveria necessidade de defesa para a votação de manutenção ou não
20 da pauta. Em não havendo necessidade, a mesa encaminhou a votação no chat e presencial. **Proposta um** –
21 aprovada a inversão da pauta, para discussão depois dos informes a Campanha Salarial, passando o ponto
22 reestruturação das carreiras. **Proposta dois** - aprovada a manutenção da pauta, conforme proposta
23 apresentada. Por vinte oito votos a oito e duas abstenções, a plenária aprovou a inversão da pauta, que ficou
24 a seguinte: 1) Informes da Direção Nacional, Comissão de Organização do Consinasefe e Comissão de
25 acompanhamento da reforma da casa. 2) Informes das Seções Sindicais, por escrito. 3) Campanha Salarial
26 2024. 4) Conclusão das propostas de reestruturação das carreiras TAEs e Docentes EBTT. 5)
27 Encaminhamentos. Em seguida, Pedro, seção Monte castelo lembrou que na abertura da Plena, foi acordado
28 que se após o informe sobre a reforma da casa, a plenária entender que há necessidade de abertura do ponto,
29 o ponto será aberto para discussão. A seguir foi iniciado o ponto "informes da Direção Nacional". Tânia Regina,
30 Coordenação de Comunicação e integrante da comissão de organização do 35º Consinasefe informou que a
31 pedido do MEP, foi feita a substituição de Sandro Justo por Rian Rodrigues na comissão. Informou também
32 que após a comissão fazer levantamentos e alguns orçamentos em Brasília, foi constatado que somente o
33 Teatro dos Bancários e um dos auditórios do Hotel San Marco comportam o quantitativo de participantes do
34 Consinasefe; diante disso, a comissão optou pelo Hotel San Marco, tendo em vista a diferença em média de
35 cinco mil reais em relação aos Bancários, que demandaria custos com translado diário dos participantes,
36 envolvendo inclusive as crianças do Sinasefinho e pessoas com dificuldade de mobilidade. A seguir, Ivo da
37 Silva, Coordenação Jurídica, reafirmou a solicitação da Pasta feita na última plenária, de criação e uma
38 subcomissão para organizar as teses relativas à reforma estatutária. Com a palavra Tânia Regina reforçou que
39 os trabalhos da Comissão serão feitos dialogando com todas as Pastas envolvidas, inclusive a do Jurídico.





40 Amália Cardona Leites, Seção Sindical Rio do Sul-SC, que está substituindo João Cichaczewski, por três meses,
41 na Coordenação de Políticas Educacionais informou que a Pasta está em etapa de finalização dos textos que
42 serão discutidos no seminário da Pasta durante o 35º Consinasefe e que em breve serão remetidos às bases.
43 A seguir, conforme acordado em reunião de Direção Nacional, a palavra foi concedida a Diego Rodolfo para
44 apresentar relatório sobre a situação da reforma da casa do Sinasefe. Inicialmente Diego fez breve resgate
45 desde o início da reforma lembrando que a reforma foi aprovada ainda na gestão passada, quando foi
46 aprovado o projeto e disponibilizado os dois primeiros orçamentos da execução da obra e que quando a atual
47 gestão assumiu submeteu ao jurídico para que fosse analisada a proposta e fosse feito o contrato de prestação
48 de serviços da obra. Segundo Diego, à época o Jurídico apontou algumas inconsistências no orçamento,
49 apontando indícios de superfaturamento, com valores muito acima do mercado. Assim, orientou que a DN
50 não fechasse com a empresa Home Go, até porque o segundo e terceiro orçamentos haviam sido enviados
51 pela mesma pessoa. Em função disso, nova tomada de preço foi feita com outras empresas pelo Sinasefe,
52 quando foi dado o aceite à empresa Santoro. Diego esclareceu que o Jurídico tomou todos os cuidados como
53 referências, certidões negativas etc e foi iniciado o trabalho, em setembro de dois mil e vinte e dois. Ao longo
54 das obras, foram surgindo problemas a serem corrigidos que não constavam do projeto original, o que levou
55 à necessidade de se fazer diversos serviços adicionais no telhado, estrutura, parte elétrica, o que encareceu
56 e atrasou a obra. Diego colocou também que a casa sofreu por três vezes furtos, o que levou a um novo aditivo
57 para subir as grades e por fim mais um aditivo para reforma da fachada da casa. Informou que de março em
58 diante a reforma passou a caminhar a passos lentos, apesar de toda pressão da comissão e da direção do
59 Sinasefe. Por fim, a empresa informou estar com problemas de fluxo de caixa para concluir a obra e
60 apresentou uma recomposição de valores, no valor de cento e cinquenta mil reais e vinte dias úteis para
61 finalizar a obra. A comissão apresentou o problema em reunião da direção nacional, que, por maioria
62 entendeu ser mais vantajoso fazer a recomposição de valores do que contratação de uma nova empresa;
63 assim, o aditivo foi feito. A partir daí a obra tomou outro ritmo, entretanto, mais uma vez paralisou apesar de
64 inúmeras pressões por parte do sindicato. Por fim, conforme orientação da AJN foi feita uma notificação
65 extrajudicial, dando o prazo de dez dias para que a empresa finalizasse e entregasse a obra, caso contrário, a
66 quebra automática do contrato após esse prazo, que se encerrou na semana que antecedeu à Plena. Em
67 reunião com o engenheiro responsável, a empresa pediu mais duas semanas para a conclusão. A DN reunida
68 em vinte e oito de agosto entendeu que houve quebra de confiança e que não há mais como prosseguir com
69 a empresa, que todas as chances foram dadas, pois a DN foi flexível no que foi possível e que agora o caminho
70 é jurídico. Neste sentido, decidiu pelo rompimento do contrato e acionar a empresa na Justiça cobrando a
71 devolução dos valores pagos pelos serviços não concluídos. A seguir, Rita Gil informou que o mobiliário da
72 casa, sob a responsabilidade da empresa não se encontra mais no galpão alugado no início da reforma e que
73 essa cobrança também consta da notificação extrajudicial, que foi dado o prazo de dez dias para a mesma
74 dar conta também do mobiliário. Matheus Santana informou que foi tirada uma proposta em reunião de DN
75 de marcar uma Plena, a princípio presencial, com um ponto de pauta específico sobre a reforma da casa do
76 Sinasefe. A seguir, a palavra foi concedida a Dr. Wagner - Assessoria Jurídica Nacional, que informou que a
77 AJN solicitou à DN para que seja possível entrar com ação e responsabilizar a empresa: laudo de um
78 engenheiro discriminando o que foi prometido fazer, o que foi efetivamente, feito, o que falta ser feito e o
79 que tenha sido mal feito e tenha que ser corrigido, três orçamentos de construtoras para finalizar a obra e o
80 levantamento dos moveis sob a responsabilidade da empresa. Informou ainda, que poderá ser cobrado da
81 empresa os gastos que a entidade teve com estadias, por exemplo, decorrentes do atraso da obra. Em seguida





82 a mesa abriu para os pedidos de esclarecimentos do plenário, que foram todas respondidas por Rita Gil e
83 Diego. Rita Gil informou que a Assessoria Jurídica Nacional orientou à DN para que contrate uma empresa
84 para fazer a segurança da casa, tendo em vista os frequentes furtos no imóvel, assim como a troca de todos
85 os cadeados da casa e só permitir a retirada do material que pertença à construtora, pois já há guarda-roupas
86 em fase de montagem, luminárias etc de propriedade do sindicato e que a DN já vem tomando as providências
87 para necessárias. Na oportunidade, Diego Rodolfo solicitou à 183ª Plena que revogasse a decisão de plenas
88 anteriores de não mais publicar os dados financeiros da Direção Nacional, desde o início da atual gestão.
89 Feitos todos os esclarecimentos e apresentadas propostas, foi aprovado o seguinte conjunto de
90 encaminhamentos: 1) **A 183ª Plena deliberou que a Direção Nacional retome a publicação de seus**
91 **balancetes e balanços desde o início da atual gestão, garantindo maior transparência às bases; 2) Aprovada**
92 **a realização de uma Plena específica, no formato híbrido, para tratar das questões da reforma da casa e do**
93 **35º Consinasefe (Desde que não seja uma Plena convocada emergencialmente para tratar da Campanha**
94 **Salarial); 3) Aprovada a realização de reunião virtual ampliada da Comissão de reforma da casa com as bases**
95 **que tiverem interesse em contribuir. 4) Sobre a reforma da casa, a 183ª Plena referendou a decisão da**
96 **Direção Nacional, conforme orientação da Assessoria Jurídica Nacional: a) Contratação de uma empresa**
97 **especializada para fazer a segurança da casa; b) A troca imediata dos cadeados do imóvel e somente**
98 **permitir a retirada da casa os pertences da construtora; c) A contratação de um engenheiro para fazer um**
99 **laudo discriminando o que foi prometido fazer pela empresa, o que foi efetivamente feito, o que falta ser**
100 **feito e o que, eventualmente tenha sido mal feito e tenha que ser corrigido; d) Solicitar três orçamentos de**
101 **construtoras para conclusão da obra; e) Encerramento do contrato e entrar na Justiça com ações**
102 **necessárias contra a empresa; d) Aprovada a realização de reunião virtual ampliada da Comissão de reforma**
103 **da casa com as bases que tiverem interesse em contribuir.** A seguir, a mesa deu início ao ponto “Campanha
104 Salarial”, que foi iniciado por Elenira Vilela lembrando que na mesa geral foram apresentados quatro pontos
105 de pauta em conjunto com o Fonasefe. Sobre a mesa realizada em vinte e cinco de julho, Elenira informou
106 que foi uma mesa específica para discutir o revogação. O governo apresentou algumas poucas propostas em
107 relação às solicitações do movimento. Destacou que as duas mais importantes foram, a liberação para
108 mandato classista e a consignação, o que não responde aos anseios da maior parte das categorias do
109 Fonasefe, Fonacate e Centrais e que marcou para o dia quatro mesa específica para tratar de questões
110 econômicas, que foi adiada para o dia dez, quando o governo informou que sobre a questão não havia
111 resposta em função do arcabouço fiscal ainda não ter sido aprovado e apresentou um calendário de
112 funcionamento das mesas específicas temporárias. Elenira colocou ainda que não há uma expectativa de que
113 o governo responda positivamente às propostas apresentadas. Após os informes, foram abertas as inscrições,
114 de forma intercalada entre o presencial e sala virtual. Antes do final das discussões, conforme acordado
115 anteriormente, a palavra foi concedida a David Lobão para os informes da reunião preparatória para a mesa
116 de negociações deste dia vinte e nove, à tarde. Com a palavra David Lobão informou que o governo enviou
117 convite à Fasubra para a reunião no dia quatro próximo, para discutir a carreira PCCTAE e o Sinasefe está no
118 aguardo do comunicado. Sobre a reunião da mesa Lobão informou que o Fonasefe acha que é provável que
119 o governo apresente um valor e não um índice e que caso isso se confirme, o acordado no Fórum é não dar
120 qualquer resposta no momento e que foi acordado ainda, que a Fasubra e Condsef, entidades que vão
121 representar os SPFs farão denúncia de que na realidade não estão acontecendo mesas de negociações e que
122 os materiais que são apresentados nas reuniões não estão sendo socializados com as entidades, como
123 estudos, atas etc. Lobão informou ainda que foi reafirmada a realização do ato público durante a realização





124 da mesa. O Fonasefe discutirá em sua reunião do dia trinta e um, os próximos passos para intensificar a luta.
125 Encerrados os informes de Lobão, as inscrições seguiram. Ao final, Elenira e Lobão fizeram alguns
126 esclarecimentos solicitados ao longo das falas e, ao final, Elenira, coordenando a mesa, destacou que foi
127 consenso nas falas, a manutenção e intensificação das mobilizações. Em seguida passou a palavra à Miriane
128 Fonseca, delegada da seção Santa Maria, que solicitou o registro em Ata, da posição contrária de sua base, à
129 defesa do reajuste diferenciado no Fonasefe. A seguir, foi mantida por Téo, a proposta por ele apresentada,
130 de indicativo de greve. Elenira encaminhou as defesas feitas, respectivamente, por Téo e Matheus, que dividiu
131 o tempo com David Lobão. Feitas as defesas a mesa encaminhou a votação nominal: **proposta um** – A183ª
132 Plena deliberou por enviar às bases a orientação que discutam em suas assembleias o indicativo de Greve,
133 caso o governo, na reunião de hoje à tarde não apresente proposta igual ou maior que 9% de reajuste.
134 **Proposta dois** - não encaminhar às bases a discussão acerca do indicativo de greve. Ao final, por quarenta
135 votos a cinco e treze abstenções, a 183ª Plena deliberou por não orientar a discussão sobre o indicativo de
136 greve nas bases, nesse momento. Em seguida David Lobão reforçou solicitação de ajuda financeira a Carlos
137 Pronzato, para finalização de seu documentário em Alagoas. Seguem abaixo **os informes das Seções Sindicais**
138 que encaminham ao e-mail administrativo do Sinasefe. **Seção IFTO:** a Seção Sinasefe IFTO está desde 23 /08
139 realizando através das Assembleias Gerais Extraordinárias presenciais mobilização dos servidores e servidoras
140 dos 10 Campi e reitoria para Campanha Salarial 2024 e de filiações. Essas atividades irão até 30/08. Em tempo,
141 o envio dessa mensagem pelo e-mail institucional ocorreu em razão de falhas no envio do e-mail do sindicato.
142 **Seção Rio Branco** - Acre realizou encontros com as entidades sindicais da Universidade Federal do Acre, nas
143 atividades de mobilizações. Enquanto fórum, SINASEFE - RB, ADUFAC e SINTEST (FAESIFE) realizaram agenda
144 com o senador Sergio Petecão, na ocasião foi firmado acordo de apoio do senador pelas pautas envolvendo
145 reestruturação de carreira e campanha salarial dos Servidores Federais do Executivo. Também, pedimos apoio
146 pelo revogação, em especial a PEC 32/2020. Na última semana, a seção sindical participou da posse dos novos
147 conselheiros do Conselho Superior do IFAC, com uma cadeira representativa nesta instância de suma
148 importância para nossa instituição. **Seção Norte de Minas:** Agenda de visita às bases da nossa Seção: Foi
149 enviado um e-mail aos sindicalizados de cada base territorial do SINASEFE Norte de Minas para agendar o dia
150 mais propício para que representantes da diretoria e da comissão organizadora do III CONSINDNORTE
151 pudessem conversar com os filiados, tratando das seguintes pautas: • III CONSINDNORTE; • Campanha salarial
152 2024; • Portaria 983; • Outros. Foram visitadas então as bases de Araçuaí e Almenara. O que se constatou foi
153 que, mesmo o dia e horário mais propício para essa ação foram advindos dos filiados dessas bases da Seção
154 Norte de Minas, as Assembleias foram esvaziadas, tendo uma participação ao redor de 30% dos sindicalizados.
155 Considera-se esse percentual baixo, mesmo com uma pauta polêmica, de certa forma, que seria a portaria
156 983, cuja sua implementação está sendo discutida no âmbito do IFNMG. Nessa semana, estamos
157 programando reunião nos campi de Janaúba, Porteirinha e Teófilo Otoni, restando somente o campus de
158 Diamantina para a próxima semana. Ressalta-se que em cada visita que está sendo realizada, estamos
159 levantando novos nomes para constituir um grupo entre essas bases territoriais do Sinasefe Norte de MG,
160 para que as comunicações ocorram de forma mais célere e as ações possam ser mais impactadoras, no que
161 tange à maior participação dos sindicalizados dessas bases. **Seção Sinasefe CMRJ:** 1) O servidor Marcelo
162 Assunção sofria segundo PAD. A comissão sugeriu arquivamento por falta de provas de que o servidor tivesse
163 cometido falta administrativa. É importante lembrar que o servidor é membro da atual diretoria da seção.
164 Cabe ressaltar que compreendemos que o PAD foi aberto tendo perseguição política como motivação; 2) Por
165 sugestão da companheira Lissa, do CMF, filiados lotados em colégios do Sistema Colégio Militar do Brasil





166 iniciarão grupo de estudos para avaliar a legislação pertinente ao sistema. Com isso, pretende-se criar cartilha
167 para informar as bases lotadas no sistema sobre seus direitos e deveres. Propomos apoio da Direção Nacional,
168 no sentido de reconhecer o grupo de trabalho como oficial e que suas contribuições sejam valorizadas pelo
169 SINASEFE. Assim, às 13h, a plenária foi suspensa para o almoço, com previsão de retorno às 14h30min. A parte
170 da tarde da 183ª Plena foi iniciada às 14h35min. A mesa foi composta por Lucrécia Iacovino/CNS e Antonildo
171 Pereira/CND, para conduzir o ponto “conclusão das propostas de reestruturação das carreiras TAEs e
172 Docentes EBTT. Lucrécia Iacovino, saudou o plenário e informou que seriam apreciados nesse momento, as
173 propostas que ficaram pendentes no GT para serem votadas nesta Plena. Antonildo Pereira propôs que o
174 ponto fosse iniciado pela carreira docente, mais especificamente sobre o topo da malha salarial docente, e
175 houve acordo; em seguida propôs como metodologia inicial, a abertura do ponto, com alternância, garantindo
176 as inscrições para as mulheres até o final e o debate foi iniciado. Encerradas as falas, a mesa abriu a primeira
177 defesa sobre a manutenção do professor titular no topo da malha salarial docente. Foram feitas as defesas e
178 em seguida a votação: **Proposta um** - Manutenção do professor titular no topo da malha docente (**14 votos**).
179 **Proposta dois** – Manter o 13º padrão de vencimento no topo da malha docente (**19 votos**). Aprovada por
180 dezenove votos a quatorze e quinze abstenções a proposta dois. Em seguida Lucrécia passou à leitura dos
181 destaques apresentados na 181ª Plena dos pontos pendentes no relatório, que foram anteriormente
182 remetidos às bases. Durante a discussão, a mesa concedeu a palavra à Elenira, para os informes da reunião
183 da mesa de negociação que aconteceu na tarde do dia vinte e nove. Com a palavra Elenira informou que não
184 foi apresentada qualquer proposta de índice por parte do governo. Sobre o aumento da despesa com pessoal
185 o governo disse que há um bilhão e meio reservado no orçamento e que o MGI vem trabalhando para
186 aumentar esse montante e que há uma informação do Ministério da Fazenda da perspectiva do aumento da
187 arrecadação até maio do próximo ano, de até quinze bilhões e que uma parte desse valor seria destinada ao
188 aumento de despesa com pessoal. Falou ainda que o que há de concreto é que na próxima terça-feira será
189 realizado o evento de instalação do processo de mesas específicas e a primeira mesa será a do PCCTAE;
190 destacou ainda que há duas mesas do PCCTAE sendo instaladas simultaneamente, a temporária e a setorial.
191 Informou que foram feitas todas as críticas possíveis em função da efetiva falta de negociação. Em seguida,
192 os trabalhos da coordenação de Pessoal foram retomados e o debate dos destaques prosseguiu. Sobre o
193 mecanismo Per Saltun, foi apresentada proposta diferente, neste sentido, a mesa abriu as defesas e houve
194 consenso pela aprovação do mecanismo *per saltum*. Após esse consenso, Lucrécia destacou que com exceção
195 dos desdobramentos acordados, encerrou o debate sobre a carreira Técnico – Administrativo. Em seguida,
196 após breve debate, não houve consenso quanto à dinâmica dos trabalhos e a mesa submeteu ao plenário.
197 **Proposta um** – Seguir com o debate da carreira Docente, conforme proposta da Pasta de Pessoal; **Proposta**
198 **dois** - Retorno imediato ao item sete da carreira TAE, especificamente nomenclatura com racionalização.
199 Sendo aprovada a proposta um. Antonildo informou que a metodologia a ser adotada, seria a leitura de cada
200 ponto enviado pela base, enquanto o plenário apresentava os destaques quando necessário. Ao final foi
201 iniciada a apresentação e apreciação dos destaques. O primeiro destaque foi o de supressão do subitem “a”,
202 do item 10.5, que trata da instituição do anuênio e biênio para servidores que alcançarem o topo de sua
203 carreira e continuarem na ativa. A mesa abriu as defesas e encaminhou a votação. **Proposta um** – Manutenção
204 do item. **Proposta dois** – supressão do item. Aprovada por vinte e seis votos a nove e onze abstenções, com
205 uma declaração de votos. Em seguida foi apreciado destaque feito ao item “b” - Carreira Docente ser Carreira
206 Típica de Estado através de PEC, em não havendo contrariedade o item foi suprimido. O item “f” Todos e
207 todas que compõem a carreira, ter garantido o direito à liberação para o afastamento (licença capacitação)





208 para: aperfeiçoamento (a cada 5 anos), formação continuada, colaboração a outra instituição de ensino,
209 pesquisa e extensão, congressos ou reuniões acadêmicas, atividades sindicais. Houve consenso que seja feita
210 uma consulta ao jurídico, para que a base seja contemplada. Destaque de inclusão do magistério Superior no
211 item “g”, - adequar a distribuição da carga horária docente ao aumento da idade dos professores que atuam
212 na carreira EBTT, houve consenso. Superada a discussão, Antonildo informou que assim foi finalizada a
213 proposta da carreira docente e agradeceu aos companheiro(a)s da CND, assim como a todo(a)s que passaram
214 pela CND e deram sua contribuição e passou a palavra à Lucrécia Iacovino. Antes da continuidade do debate
215 sobre a carreira TAE, em função do avanço da hora, Lucrécia consultou o plenário sobre a possibilidade de
216 passar a palavra à Elenira Vilela, para complementar os informes da Mesa Nacional de Negociações e
217 esclarecer dúvidas do plenário; e, por vinte e seis votos a dezessete e três abstenções, foi aprovada a proposta.
218 Vale ressaltar que o relatório final do GT Carreira, com a inclusão das propostas pendentes que foram
219 debatidas pelas bases e aprovadas pela 183ª Plena será publicado no site do Sinasefe e encaminhados às
220 Seções Sindicais pela CND e CNS. Em seguida a palavra foi concedida a Elenira Vilela, as inscrições foram
221 abertas e o debate iniciado. Respondidos todos os questionamentos, David Lobão complementou
222 esclarecendo alguns questionamentos para além da reunião da mesa de hoje. Em seguida, após os
223 esclarecimentos sobre o item sete do relatório, Lucrécia reafirmou que o item foi aprovado em Plena, ficando
224 faltando apenas alguns desdobramentos e que os pontos em questão não terão prejuízo e podem ser
225 debatidos em próxima plena, não emergencial. A seguir, Matheus resgatou proposta de David Lobão de que
226 Sinasefe garanta a participação de dois membros das comissões de Carreira, nas Mesas específicas, além dos
227 coordenadores das Pastas de Carreira. Foram apresentados alguns desacordos com relação à condução antes
228 da votação, ainda por conta do item sete do relatório. A mesa deu as explicações necessárias, uma vez que
229 alguns participantes online não tinham conseguido ouvir o desfecho da questão. Lucrécia reafirmou que os
230 itens em questão não seriam prejudicados e houve consenso. Em seguida Matheus encaminhou a votação
231 da proposta de Lobão e por ampla maioria foi aprovado o seguinte encaminhamento: “fica garantida a
232 participação de até dois membros das Comissões de Carreira, a critério das Comissões, nas mesas específicas,
233 além dos coordenadores da Pasta de Pessoal. A seguir a mesa consultou o plenário presencial e virtual e
234 houve consenso que o Sinasefe encaminhe orientação às Seções para que mantenham suas bases em estado
235 de mobilização permanente. Ao final, a palavra foi concedida a Leewertton Marreiro, do Movimento TAEs na
236 Luta, que informou que hoje pela manhã a Secretaria da Presidência da República informou como seria a
237 metodologia das reuniões do Brasil Participativo e que a proposta havia sido atendida, não dentro do PPA,
238 mas dentro do que se propôs, que seria a abertura de uma mesa específica para tratar do PCCTAE; informou
239 ainda, que a primeira reunião foi marcada para a próxima segunda-feira e que a Presidência da República
240 acompanhará de perto a demanda para que seja atendida o mais rápido possível, assim como as demais
241 propostas mais votadas que não entraram no Plano Plurianual com a justificativa de que reestruturação de
242 carreiras e aumento salarial seriam tratadas na Lei orçamentária Anual. Ao final, foi feito o print dos
243 participantes, a mesa agradeceu a todas e todos e deu por encerrada a 183ª Plena. Nada mais havendo a
244 tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, Rita Sidmar Alencar Gil, Secretária – geral, e após
245 lida e aprovada será assinada por demais coordenadores do Sinasefe Nacional.
246

